

A ATUAÇÃO SOCIOEDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL NA INCLUSÃO ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM CAPACITAÇÃO DOCENTE

Júlia Zeilmann Jaeger ¹

RESUMO

Este trabalho apresenta um relato de experiência a partir da atuação de uma assistente social na realização de uma capacitação em uma escola municipal de Caxias do Sul voltada à orientação de professores sobre o manejo e acompanhamento de estudantes com múltiplas deficiências. A proposta surge da demanda institucional diante das dificuldades enfrentadas pela escola no processo de inclusão desses alunos no cotidiano escolar e, pela autora trabalhar em um local em que se atende pessoas com múltiplas deficiências, foi solicitado sua concepção sob a situação. O relato fundamenta-se em uma perspectiva socioeducativa do Serviço Social, articulada aos princípios da educação inclusiva e da intersetorialidade entre as políticas públicas de educação, assistência social e saúde, utilizando como abordagem metodológica a sistematização reflexiva da prática profissional. A experiência evidenciou que, embora exista a intenção de promover inclusão, persistem limites estruturais significativos, como insuficiência de recursos humanos, falta de adequações físicas e carência de formação específica para docentes, além de um modelo pedagógico pouco flexível às diferentes necessidades dos estudantes. Observou-se também a sobrecarga atribuída aos professores, frequentemente responsabilizados individualmente por dificuldades que extrapolam sua atuação, bem como fragilidades na articulação entre políticas públicas essenciais para sustentar estratégias efetivas de inclusão. Como resultado, o relato aponta que a inclusão escolar, quando não acompanhada de suporte institucional e intersetorial adequado, pode gerar sofrimento tanto para estudantes quanto para profissionais, reforçando a necessidade de investimentos estruturais, formação continuada e fortalecimento das redes de apoio para que a inclusão se concretize para além do plano normativo

Palavras-chave: Serviço Social, Inclusão Social, Intersetorialidade.

INTRODUÇÃO

A discussão acerca da inclusão escolar de estudantes com deficiência tem ganhado centralidade nas políticas públicas educacionais, especialmente a partir da ampliação do acesso à escola regular e da consolidação de marcos legais que defendem a educação como direito universal. No entanto, a efetivação da inclusão no cotidiano escolar ainda apresenta limites significativos, principalmente quando as instituições não dispõem de estrutura física adequada, recursos humanos suficientes e formação específica para lidar com as demandas

¹ Assistente Social. Graduada em Serviço Social. Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (PPGEdu/UCS), jzjaeger@ucs.br

que emergem no processo educativo. Nesse cenário, a inclusão tende a ocorrer de forma normativa, sem que as condições materiais necessárias sejam garantidas, o que pode gerar sobrecarga para professores e sofrimento para os próprios estudantes.

É nesse contexto que se insere a atuação do assistente social, especialmente a partir de sua dimensão socioeducativa, que possibilita a problematização da realidade institucional e a mediação entre as diferentes políticas públicas. A prática profissional do Serviço Social, ao se articular com a política de educação, pode contribuir para a reflexão crítica acerca das condições concretas em que a inclusão escolar vem sendo realizada, evidenciando as contradições² existentes entre o que é previsto nas normativas e o que se materializa na prática cotidiana.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um relato de experiência a partir da realização de uma capacitação em uma escola municipal do município de Caxias do Sul, voltada à orientação de professores sobre o manejo de estudantes com múltiplas deficiências. A demanda surgiu diante das dificuldades enfrentadas pela equipe escolar no processo de inclusão desses alunos, especialmente no que se refere à organização da sala de aula, aos cuidados necessários durante o período escolar e às estratégias para lidar com situações de desorganização emocional e limitações motoras.

A partir dessa experiência, busca-se refletir sobre os desafios concretos da inclusão escolar, considerando os limites estruturais da instituição, a ausência de recursos humanos adequados, a responsabilização individual dos professores e a fragilidade na articulação entre as políticas de educação, assistência social e saúde. Dessa forma, o relato pretende contribuir para a análise crítica da inclusão escolar, compreendendo-a como um processo que exige condições materiais, suporte institucional e articulação intersetorial para que se efetive para além do plano normativo.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como um relato de experiência, fundamentado na sistematização da prática profissional do Serviço Social em uma ação de capacitação realizada

²A contradição é destruidora, mas também criadora, já que se obriga à superação, pois a contradição é intolerável. Os contrários em luta e movimento buscam a superação da contradição, superando-se a si próprios. Na superação, a solução da contradição aparece enriquecida e reconquistada em nova unidade de nível superior. Cada coisa é uma totalidade de movimentos e de momentos e elementos provenientes de suas relações, de sua gênese e de sua abertura. (CURY, 1985, p. 30).

junto a professores de uma escola municipal. A experiência analisada decorre da atuação profissional em um serviço vinculado à política de assistência social, que atende usuários com múltiplas deficiências e que dispõe da possibilidade de desenvolver orientações e capacitações para diferentes instituições.

A análise da experiência foi realizada a partir da perspectiva do materialismo histórico-dialético³, compreendendo a realidade social como dinâmica, contraditória e historicamente determinada. Essa abordagem permite ultrapassar a análise imediata dos fatos, buscando compreender as mediações que atravessam o processo de inclusão escolar, bem como os condicionantes institucionais, políticos e sociais que interferem na efetivação das práticas inclusivas.

A sistematização da experiência ocorreu a partir das observações realizadas durante a capacitação, dos questionamentos apresentados pelos professores e das reflexões construídas a partir da prática profissional. Não se trata, portanto, de uma coleta de dados estruturada, mas de uma análise qualitativa da realidade vivenciada, considerando as expressões concretas das dificuldades enfrentadas pela escola no processo de inclusão de estudantes com múltiplas deficiências.

A análise dos elementos observados foi realizada a partir de uma perspectiva crítica da realidade, buscando identificar as contradições presentes entre a proposta de inclusão escolar e as condições concretas de sua efetivação. Foram considerados aspectos como a estrutura física da escola, a ausência de recursos humanos de apoio, a organização da sala de aula, as demandas apresentadas pelos estudantes e a sobrecarga atribuída aos professores. Também foi considerada a fragilidade da articulação entre as políticas públicas, especialmente entre educação, assistência social e saúde, compreendendo que a inclusão escolar exige ações intersetoriais para que se desenvolvam estratégias efetivas de atendimento às necessidades dos estudantes.

Dessa forma, a metodologia adotada possibilita não apenas a descrição da experiência, mas sua análise crítica, articulando a prática profissional com o referencial teórico adotado e com a compreensão da realidade social em sua totalidade.

³Uma tese do marxismo, segundo a qual o modo de produção da vida material condiciona o conjunto da vida social, política e espiritual. É um método de compreensão e análise da história, das lutas e das evoluções econômicas e políticas. Marx parte da ideia de que em toda a história o homem não é uma imanência única: na idade antiga ou ele era escravo ou cidadão; na idade média era servo ou senhor; na idade moderna é proletário ou patrão, ou seja, ou ele detém os meios de produção ou vende sua força de trabalho. (ALVES, 2010, p. 3).

REFERENCIAL TEÓRICO

A análise da experiência apresentada fundamenta-se na perspectiva do materialismo histórico-dialético, que compreende a realidade social como resultado das relações históricas e sociais construídas coletivamente. Nessa perspectiva, os processos educativos não são neutros, mas atravessados por contradições, interesses e condições materiais que influenciam sua organização e desenvolvimento. Assim, a inclusão escolar deve ser compreendida para além das normativas legais, considerando as condições concretas em que se materializa no cotidiano das instituições.

Para Marx, os indivíduos não existem à margem da sociedade, sendo constituídos nas relações sociais estabelecidas historicamente. Dessa forma, as práticas educativas e institucionais também são determinadas pelas condições materiais existentes, o que implica compreender que a inclusão escolar depende não apenas de intenções pedagógicas, mas de condições objetivas que garantam sua efetivação. Quando tais condições não estão presentes, a inclusão tende a ocorrer de forma limitada, reproduzindo desigualdades e dificuldades no processo educativo.

Freire (2011) também contribui para essa reflexão ao compreender a educação como prática social e como processo dialógico, que exige a leitura crítica da realidade. Para o autor, a prática educativa deve estar articulada à práxis, entendida como ação e reflexão sobre o mundo para transformá-lo. Nesse sentido, a inclusão escolar não pode ser compreendida apenas como inserção física do estudante na sala de aula, mas como processo que exige condições para participação efetiva, respeitando as necessidades e especificidades dos sujeitos envolvidos.

No âmbito do Serviço Social, Yamamoto (1982) destaca a dimensão socioeducativa da prática profissional, que se materializa na produção de reflexões críticas e na mediação entre usuários, instituições e políticas públicas. A atuação do assistente social, nesse contexto, contribui para problematizar as demandas institucionais e evidenciar as contradições presentes nas políticas sociais, possibilitando a construção de estratégias coletivas de enfrentamento das dificuldades identificadas.

A partir dessas contribuições teóricas, a inclusão escolar é compreendida como um processo que exige articulação entre políticas públicas, condições materiais adequadas e formação dos profissionais envolvidos. Quando esses elementos não estão presentes, a

inclusão tende a ocorrer de forma fragilizada, produzindo tensões no cotidiano escolar e dificultando o processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, o relato de experiência apresentado busca analisar essas contradições, evidenciando os limites e possibilidades da inclusão escolar a partir da prática profissional do Serviço Social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência de capacitação realizada na escola municipal evidenciou que, embora haja a intenção institucional de promover a inclusão de estudantes com múltiplas deficiências, as condições concretas para sua efetivação mostram-se limitadas. Durante as orientações, os professores trouxeram questionamentos relacionados ao manejo cotidiano dos estudantes, especialmente no que se refere à locomoção, comunicação, alimentação, organização emocional e participação nas atividades pedagógicas. Tais demandas demonstraram que a inclusão não se restringe ao acesso físico à escola, mas envolve um conjunto de necessidades que exigem suporte contínuo e condições estruturais adequadas.

Observou-se que a escola não dispunha de adaptações físicas suficientes, tampouco de recursos humanos de apoio que possibilitassem um acompanhamento mais individualizado dos estudantes com múltiplas deficiências. Nesse contexto, as demandas relacionadas ao cuidado, à mediação e ao acompanhamento dos alunos recaíam diretamente sobre os professores, que, além da função pedagógica, precisavam assumir responsabilidades relacionadas à assistência, à regulação emocional e à organização da rotina desses estudantes. A presença de turmas numerosas, com mais de trinta alunos, intensificava ainda mais essas dificuldades, tornando o processo de ensino e aprendizagem mais complexo.

A partir da análise da experiência, foi possível identificar que o formato tradicional das aulas, organizado de forma padronizada, não comportava as necessidades específicas de alguns estudantes com deficiência. Essa realidade acabava por gerar dificuldades tanto para os alunos que necessitavam de maior suporte quanto para os demais estudantes, que também tinham seu processo de aprendizagem impactado pela necessidade constante de reorganização da dinâmica da sala de aula. Nesse sentido, a inclusão, quando realizada sem as condições necessárias, mostrava-se limitada e, por vezes, geradora de tensão no cotidiano escolar.

Outro elemento evidenciado refere-se à responsabilização atribuída aos professores diante das dificuldades encontradas. Observou-se que, frequentemente, a expectativa institucional recaía sobre o docente, como se a adequação das práticas e o sucesso da inclusão

dependessem exclusivamente de sua atuação individual. Tal situação desconsidera os limites estruturais existentes e transfere para o professor a responsabilidade por problemas que decorrem da ausência de suporte institucional, da falta de recursos humanos e da insuficiente articulação entre políticas públicas.

Além disso, verificou-se fragilidade na articulação entre as políticas de educação, assistência social e saúde, que se mostram fundamentais para o acompanhamento dos estudantes com múltiplas deficiências. A ausência de estratégias intersetoriais dificultava a construção de intervenções mais efetivas, restringindo as ações à iniciativa isolada da escola e dos profissionais que nela atuam. Essa fragmentação das políticas públicas contribui para que a inclusão ocorra de forma parcial, sem garantir o suporte necessário aos estudantes e aos profissionais envolvidos.

A partir da perspectiva do materialismo histórico-dialético, compreende-se que tais dificuldades não se configuram como situações isoladas, mas como expressões das contradições presentes nas políticas sociais e nas condições materiais em que se organiza o trabalho educativo. A inclusão escolar, embora prevista normativamente, encontra limites concretos quando não há investimento estrutural, formação continuada e articulação entre as diferentes políticas públicas. Assim, a experiência analisada evidencia a distância entre o discurso inclusivo e as condições reais de sua implementação.

CONCLUSÕES

O relato de experiência apresentado permitiu refletir sobre os desafios concretos da inclusão escolar de estudantes com múltiplas deficiências, evidenciando que a estrutura atual das instituições de ensino, em muitos contextos, não se adequa a um processo efetivo de inclusão. Embora exista o reconhecimento da importância de garantir o acesso desses estudantes à escola regular, a ausência de condições materiais, recursos humanos e articulação intersetorial compromete a efetivação dessa proposta.

Observou-se que a inclusão, quando realizada sem suporte adequado, pode gerar prejuízos não apenas aos estudantes com deficiência, que nem sempre têm suas necessidades atendidas, mas também aos demais alunos, que têm o andamento das atividades impactado pelas dificuldades estruturais da sala de aula. Soma-se a isso a sobrecarga atribuída aos professores, que passam a assumir múltiplas funções para além do processo pedagógico, sem o apoio necessário para lidar com as demandas apresentadas.

Nesse contexto, destaca-se que os docentes acabam sendo frequentemente responsabilizados pelas dificuldades relacionadas à inclusão, mesmo quando estas decorrem de problemas estruturais, como turmas numerosas, ausência de profissionais de apoio, falta de formação específica e inadequações físicas. Essa responsabilização individual desconsidera que a inclusão escolar depende de condições coletivas e institucionais, e não apenas do esforço isolado do professor.

A experiência também evidenciou a necessidade de maior articulação entre as políticas públicas de educação, assistência social e saúde, compreendendo que a inclusão de estudantes com múltiplas deficiências exige acompanhamento contínuo e estratégias intersetoriais. Sem essa articulação, a escola tende a enfrentar isoladamente demandas que extrapolam sua capacidade de intervenção.

Dessa forma, conclui-se que a inclusão escolar, para se efetivar de maneira concreta, exige investimentos estruturais, ampliação de recursos humanos, formação continuada dos profissionais e fortalecimento das redes intersetoriais. Caso contrário, corre-se o risco de manter uma inclusão apenas formal, que garante o acesso, mas não assegura condições reais de participação e aprendizagem. O relato apresentado, portanto, reforça a necessidade de problematizar a forma como a inclusão vem sendo implementada, destacando que sua efetivação depende de mudanças estruturais que possibilitem atender às necessidades dos estudantes, preservar o processo de aprendizagem da turma e evitar a sobrecarga dos professores.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alvaro. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. *Revista de Psicologia da UNESP*, 9 (1), 2010.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Educação e Contradição elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. São Paulo: Cortez, 1985.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e serviço social no Brasil*. São

Paulo: Cortez, 1982.